

A Cúpula dos Povos: a presença da sociedade civil na Rio +20

Por Danielle Costa da Silva (LABMUNDO-RJ)

Evento paralelo e de grande importância à Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável (a Rio+20) a Cúpula dos Povos, situada no Aterro do Flamengo, foi organizada por entidades da sociedade civil e movimentos sociais de várias partes do mundo com o objetivo de discutir as causas da crise socioambiental, apresentar soluções práticas e fortalecer os movimentos sociais do Brasil e do mundo¹. Por meio da realização de seminários, debates e oficinas, o evento buscou tratar problemas sociais e ambientais mostrando a força dos movimentos sociais em intervir, seja através de protestos ou de sugestões, nas negociações e decisões da Rio +20. Partindo da opinião de que a pauta prevista para a Rio +20 não apresentaria soluções eficientes para a crise ambiental, o evento cedeu voz às comunidades afetadas pelos problemas socioambientais e também às organizações da sociedade civil que se empenham na sustentabilidade e na construção da justiça social, para a exposição de soluções, paradigmas e também para a troca de experiências.

¹ Fonte: http://www.rio20.gov.br/sobre_a_rio_mais_20/o-que-e-cupula-dos-povos



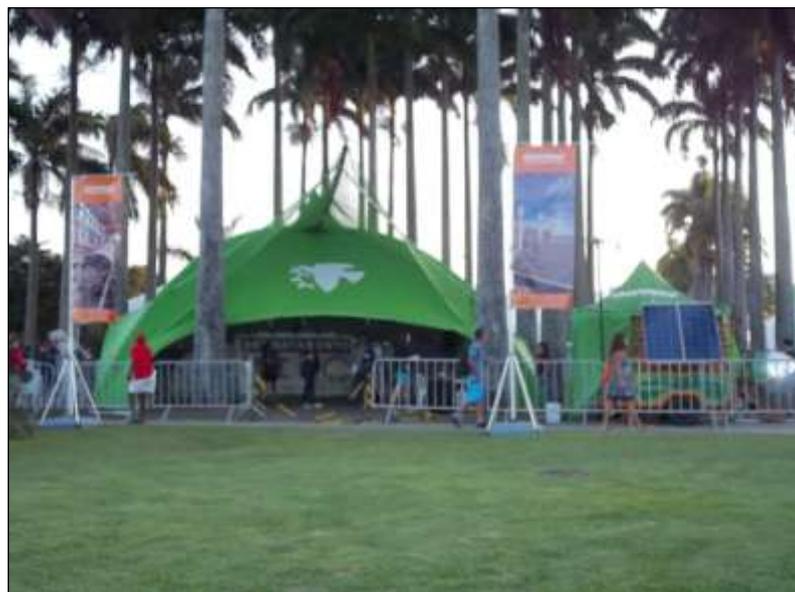
A marca registrada da Cúpula dos Povos foi a ação de diversos atores não estatais nas questões de justiça social e ambiental e principalmente no desenvolvimento sustentável. Por meio de iniciativas como projetos de reciclagem, conscientização e preservação do meio ambiente, reaproveitamento e desperdício zero, de forma que suas ações estão focalizadas onde o poder público não atuaria de forma eficaz, portanto, são auxiliares e incitadores fundamentais na execução de políticas ambientais.

A politização da temática do meio ambiente possibilita a intensificação do debate de ideias e princípios dos diversos atores envolvidos na questão. A Cúpula então se configurou em uma arena pública para a identificação dos problemas ambientais, deliberação, sugestão de alternativas e crítica às medidas em vigor. Seja por meio de protestos, debates ou exposição de ideias, ONGs e movimentos sociais deixaram sua marca e, principalmente, sua crítica a respeito do conteúdo das políticas ambientais, fazendo pressão nos governos, os legítimos produtores de políticas públicas.

Dentre as diversas atividades realizadas por entidades civis brasileiras e internacionais na Cúpula, viu-se: projetos de geração de renda na caatinga nordestina; iniciativas de sustentabilidade e crítica às más condições de vida nas comunidades carentes cariocas; exposição da situação das reservas indígenas a respeito da demarcação de terras e do desmatamento; propostas do Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil para o enfrentamento ao desperdício e à degradação ambiental, juntamente com a sustentabilidade

das estruturas urbanas; apresentação pelo SEBRAE de tecnologias sustentáveis para pequenas empresas; incentivo de um banco privado ao uso da bicicleta como meio de transporte; e conscientização do uso da água potável no planeta.

Uma das principais entidades atuantes na questão ambiental, o Greenpeace também participou da Cúpula promovendo a produção de energia solar e a luta contra o desmatamento, em especial por meio da coleta de assinaturas para a Petição Desmatamento Zero. Com escritórios em mais de quarenta países e atuando em mais de cem, o Greenpeace trabalha em defesa do meio ambiente por meio de denúncias e apontamento de irregularidades ambientais, formulando propostas de solução baseadas em pesquisas científicas para empresas e países que visam o crescimento e a economia verde, com o mínimo de impacto para o meio ambiente. Para Vânia Stolze, organizadora do espaço Greenpeace na Cúpula dos Povos, a importância da Rio +20 está na preocupação com o crescimento sustentável no mundo. Segundo ela, no atual cenário internacional do meio ambiente, os países estão preocupados “mas nem todos tem metas bastante audaciosas, pois reduzir as emissões e crescer de forma sustentável não é uma tarefa fácil”, de forma que “os grandes poluidores precisam tomar uma posição mais severa e mais dinâmica a respeito disso”.



Espaço do Greenpeace na Cúpula dos Povos

A inserção dos atores não estatais na formulação e debate internacional sobre a agenda do desenvolvimento sustentável é uma amostra da relevância desses atores na formulação de políticas públicas. Através da pressão exercida sobre o Estado e outros órgãos internacionais, eles influenciam o conteúdo da política. O próprio documento oficial da Rio +20, antes de ser avaliado pelos representantes oficiais dos países para a elaboração do documento final, teve medidas sugeridas por entidades da sociedade civil. De fato, as entidades civis e movimentos sociais participantes da Cúpula dos Povos produziram e entregaram um documento com propostas ambientais e de sustentabilidade ao Secretário-Geral da ONU Ban Ki-moon, ao mesmo tempo em que expressaram sua frustração com o documento oficial aprovado pelos chefes de Estado.

É certo que as atividades dos diversos atores não estatais que compõem a sociedade civil têm grande importância para a formulação e fiscalização das medidas que deverão ser implementadas pelos Estados. No entanto, o resultado final da Conferência não atendeu as demandas da sociedade civil engajada na questão ambiental, com o documento oficial deixando de lado medidas de distribuição de riqueza e de renda, cuja inclusão era defendida pelos integrantes da Cúpula. Agora, compete as organizações e movimentos sociais continuar a luta para que os Estados, os reais responsáveis pelo cumprimento das medidas, façam a sua parte, pois a sociedade civil já está fazendo a dela. ■